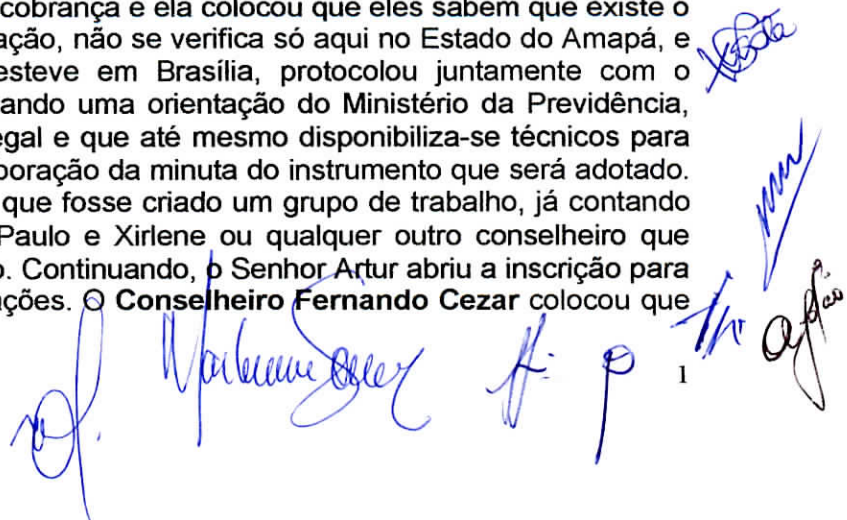
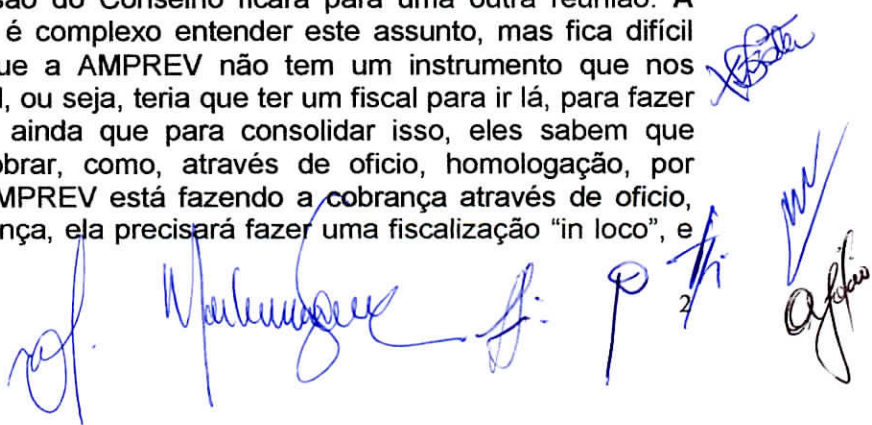


1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2010 – BIÊNIO DE 2009-2010.**

3
4 Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e dez da era cristã, às dezesseis
5 horas, no Auditório do Prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua Binga
6 Uchôa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela terceira vez extraordinariamente,
7 o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião do Conselho Estadual de
8 Previdência para o biênio 2009-2010 foi aberta pelo Senhor Presidente Artur de Jesus de
9 Barbosa Sotão, que cumprimentou os Senhores Conselheiros e demais presentes.
10 Seguindo as normas da sessão passou-se a **PAUTA – ITEM 01 – LEITURA DO EDITAL**
11 número, zero, zero, oito, de dois mil e dez, o qual convoca os Conselheiros para se
12 fazerem presentes na Terceira Reunião Extraordinária do ano de dois mil e dez. **PAUTA**
13 **– ITEM 02 - O Conselheiro Presidente, Artur de Jesus Barbosa Sotão, fez a**
14 **VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os Conselheiros presentes na
15 seguinte ordem, **Arnaldo Santos Filho**, ausente, **Marcus Vinicius Gouvêa Quintas**,
16 ausente, **Dalto da Costa Martins**, ausente, **Damilton Barbosa Salomão**, presente,
17 **Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá**, presente, **Luiz Eduardo Nunes**, presente,
18 **Micherlon Mendonça dos Santos**, ausente, **Anatal de Jesus Pires de Oliveira**,
19 presente, **Moisés Tavares de Araújo**, ausente, **Marlúcio de Almeida Souza**, presente,
20 **Antônio Márcio de Souza Pelaes**, presente, **Xirlene do Socorro Costa**, presente e
21 **Fernando Cezar Pereira da Silva**, presente. O Senhor Presidente verificando o quorum
22 suficiente com oito Conselheiros deu continuidade aos demais itens de trabalho. Em
23 seguida o Conselheiro Marlúcio solicitou ao Senhor Presidente o levantamento das
24 frequências referente às Reuniões do CEP, em razão da ausência constante de alguns
25 membros. O Senhor Presidente colocou que irá providenciar para a próxima reunião
26 ordinária. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA DAS JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:**
27 **Moisés Tavares de Araújo e Micherlon Mendonça dos Santos. Dando continuidade, a**
28 **PAUTA – ITEM 04 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS**
29 **A SEREM ADOTADOS PELA AMAPÁ PREVIDÊNCIA, RELATIVO À COBRANÇA DE**
30 **DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS.** O Senhor Presidente colocou que este assunto foi
31 bastante cobrado e por isso retornou a pauta do Conselho, o Senhor Artur Sotão colocou
32 ainda que na última reunião ordinária, o Conselheiro Relator, o Senhor Benedito de
33 Paulo recomendou no seu voto que fosse adotado ou criado um instrumento que a
34 AMPREV possa fazer as cobranças das dívidas previdenciárias e inclusive naquele
35 momento foi apresentado uma minuta de um instrumento, a qual foi distribuída, a todos
36 os Senhores Conselheiros presentes e na ocasião foram apresentadas algumas
37 sugestões que foram repassados a análise da Procuradora da AMPREV. Em seguida, o
38 Senhor Artur convidou a Procuradora, a Senhora Dra. Rosely Caldas para apresentar e
39 discorrer sobre o instrumento que deverá ser adotado pela AMPREV, no que tange as
40 cobranças previdenciárias. **A Dra. Rosely colocou que** em razão de problemas na rede
41 de internet da Instituição, não sabe responder se alguém enviou alguma sugestão e
42 continuando falou que a minuta que estar trabalhando ainda está muita crua e tem muita
43 coisa para ser delimitada, e tem coisa que pode até ser excluída, até por que não aderi a
44 nossa realidade, e ela aproveitou quando esteve em Brasília/DF, para fazer algumas
45 pesquisas, em relação aos outros regimes e nenhum outro Estado tem essa questão
46 delimitada, e como vai ser feita esta cobrança e ela colocou que eles sabem que existe o
47 atraso das contribuições e essa situação, não se verifica só aqui no Estado do Amapá, e
48 na ocasião colocou que quando esteve em Brasília, protocolou juntamente com o
49 Conselheiro Fernando Cezar, solicitando uma orientação do Ministério da Previdência,
50 no refere-se ao acompanhamento legal e que até mesmo disponibiliza-se técnicos para
51 orientar melhor neste sentido da elaboração da minuta do instrumento que será adotado.
52 Em seguida a **Dra. Rosely sugeriu** que fosse criado um grupo de trabalho, já contando
53 com os Conselheiros Benedito de Paulo e Xirlene ou qualquer outro conselheiro que
54 possa contribuir para essa discussão. Continuando, o Senhor Artur abriu a inscrição para
55 o plenário para as demais manifestações. O Conselheiro Fernando Cezar colocou que


1

56 no início da minuta já tem uma incógnita a ser definida, ou seja, vai ser Decreto, Portaria,
57 ou Resolução, ainda ninguém sabe. A **Dra. Rosely colocou** que em relação às
58 colocações do Conselheiro Fernando, no âmbito da união, aquelas regras que é de
59 natureza complementar, estão no CTN e as demais estão no Decreto Federal, que
60 regulamenta esta matéria no âmbito da união, e temos portaria também da Receita
61 Federal e finalizou que nós deveremos adotar o mesmo modelo. Em seguida o
62 **Conselheiro Damilton colocou** que isto se dará conforme a natureza jurídica da
63 AMPREV. Continuando, o **Conselheiro Fernando Cezar pediu uma questão de**
64 **ordem**, para dizer que, no seu entender existem duas consultas feitas, tanto pela
65 Diretoria Executiva, como também, à Procuradoria Geral do Estado, assim como ao
66 Tribunal de Contas do Estado, e as respostas ainda não retornaram a esta casa, e de
67 igual sorte e como já frisou a Procuradora Jurídica, eles protocolaram um documento
68 junto ao Ministério da Previdência, e que caminhos que eles podem adentrar agora
69 podem ser obstáculos lá na frente, e fazendo com que eles direcionem para outro rumo,
70 então, parece sensato, que esta matéria, deve ser votada em um outro momento. O
71 **Senhor Presidente colocou** que concorda com as colocações e no seu entendimento,
72 eles estão discutindo alguma coisa, que lá na frente não terá nenhum efeito, e reforçou
73 que eles primeiramente, devem verificar a questão da alteração da legislação e depois
74 de todo processo de alteração do legislativo, que eles poderiam adentrar nesta parte,
75 esta é a sua sugestão. O **Conselheiro Antonio Márcio colocou** que, quem estava na
76 última reunião, viu que ele solicitou que fossem trazidos, os trabalhos da Comissão que
77 esta trabalhando a proposta de alteração na legislação previdenciária e ressaltou que
78 eles não podem trabalhar isto, antes que seja analisada a alteração da lei. A
79 **conselheira Xirlene colocou** que a maioria já falou tudo que ela queria falar dessa
80 normatização, sobre essa incógnita do que é a AMPREV, nessa estrutura administrativa,
81 e ela buscou essas informações, e cada instrumento desses, tem uma característica
82 diante de quem institui, então, o Instituto de Previdência, ele é uma autarquia, e deve
83 forma trabalha com portaria, resolução. E a outra dificuldade que ela ficou, foi se o
84 Conselho, se não é a própria AMPREV, que tem poder de normatizar, e eles
85 simplesmente só apenas fiscalizar, mas no seu entender essa normatização, deverá
86 partir da própria AMPREV, conforme o artigo segundo da nossa lei novecentos e quinze,
87 que fala, o regime próprio de previdência Social, tem por finalidade assegurar o gozo dos
88 benefícios previstos nesta Lei, então, para assegurar, ele tem que cobrar as
89 contribuições da AMPREV. **Após o alongamento das discussões, o Senhor**
90 **Presidente, colocou a Proposta do Conselheiro Fernando Cezar, de parar neste**
91 **primeiro momento as discussões sobre esta matéria e de se fazer uma Reunião**
92 **extraordinária, para discutir apenas a alteração da legislação e na próxima reunião**
93 **ordinária, além dos assuntos que já estão, incluir como pauta os processos dos**
94 **débitos por ente, e desta forma o Senhor Presidente colocou em votação ao**
95 **plenário, ficando a Proposta aprovada à unanimidade.** Em seguida o Conselheiro
96 **Antonio Márcio perguntou** ao Senhor Presidente sobre os débitos atuais e de dois e
97 nove com relação aos repasses das contribuições previdenciárias e atraso, ressaltando
98 quais os procedimentos o conselho irá tomar, juntamente com a AMPREV, ele colocou
99 ainda que ficou definido em reuniões anteriores, que seria dado publicidade através de
100 um documento que a Diretoria Executiva iria fazer, sobre as cobranças desses débitos,
101 para que depois, eles fizessem uma execução fiscal. O **Senhor Artur Sotão colocou**
102 que tudo o que o Conselheiro colocou foi sugerido na minuta do instrumento que seria
103 apreciado hoje, mas que por decisão do Conselho ficará para uma outra reunião. A
104 **Conselheira Xirlene colocou** que é complexo entender este assunto, mas fica difícil
105 fazer alguma cobrança hoje, porque a AMPREV não tem um instrumento que nos
106 permita arbitrar um valor ao Tribunal, ou seja, teria que ter um fiscal para ir lá, para fazer
107 um auto de infração. Ela colocou ainda que para consolidar isso, eles sabem que
108 tributos, têm várias formas de cobrar, como, através de ofício, homologação, por
109 declaração, então neste caso, a AMPREV está fazendo a cobrança através de ofício,
110 mas para ela consolidar essa cobrança, ela precisará fazer uma fiscalização "in loco", e



Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

111 diante de comprovado essa informação de ofício, ela irá fazer um auto de infração, e é
112 este procedimento que eles têm que ter certeza de fazer, sem simplesmente criar um
113 impasse jurídico, de que você não tem competência para fazer isso aqui, ou seja, vocês
114 não têm uma norma, uma estrutura. Por fim, esgotadas as colocações considerações e
115 não havendo mais nada a tratar o **Presidente agradeceu** a presença de todos e falou
116 para os Conselheiros aguardarem a convocação da próxima reunião e dando por
117 encerrada a Terceira Reunião Extraordinária, cuja presente Ata foi lavrada por mim
118 Jonilson Vilhena Martins, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por
119 todos os membros presentes. Macapá, 13 de maio de 2010.

120

121

122

123

Artur de Jesus Barbosa Sotão: _____

124 **Presidente do Conselho**

125

126

127

Damilton Barbosa Salomão: _____

128 **Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.**

129

130

Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá: _____

131 **Membro Titular, representante do Ministério Público.**

132

133

Luiz Eduardo Nunes: _____

134 **Membro titular, representante dos Militares ativos.**

135

136

137

Anatal de Jesus Pires de Oliveira: _____

138 **Membro titular, representante dos servidores Civis Ativos.**

139

140

141

Marlúcio de Almeida Souza: _____

142 **Membro titular, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.**

143

144

Antônio Márcio de Souza Pelaes: _____

145 **Membro titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.**

146

147

Xirlene do Socorro Costa: _____

148 **Membro titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.**

149

150

Fernando Cezar Pereira da Silva: _____

151 **Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.**

152

153

Jonilson Vilhena Martins: _____

154 **Secretário do CEP**